

**SOB O MITO DA PROTEÇÃO: HISTÓRIA ORAL DA INFÂNCIA NOS  
PREVENTÓRIOS BRASILEIROS****UNDER THE MYTH OF PROTECTION: ORAL HISTORY OF CHILDHOOD IN  
BRAZILIAN PREVENTORIES**

**Michelle Villaça Lino<sup>1</sup>**  
**Lilian Angélica da Silva Souza<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo apresenta aspectos da história de uma das formas de institucionalização de crianças no Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1980, crianças sadias foram separadas de seus pais, acometidos pela antiga lepra, e encaminhadas para os chamados preventórios, sob a égide do discurso da proteção. Tendo com subsídio a pesquisa bibliográfica e de campo, associada ao uso da metodologia de História Oral baseada na técnica de entrevistas de histórias de vida com pessoas que foram isoladas em preventórios, as autoras buscam desmistificar a proteção propagada nestas instituições no país, dando luz ao caráter moralista, de classe, raça e gênero presentes nestes espaços. Conclui que tais instituições foram dotadas de diferentes modelos de disciplina, violência, vigilância e controle, além de práticas eugenistas e higienistas na assistência à infância internada,

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente cursa o pós-doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (2020-atual). Especialização em terapia de família pela Universidade Cândido Mendes (2008). Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). Analista judiciário com especialidade em psicologia. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (desde 2012). Atua, principalmente, nos seguintes temas: psicologia jurídica, feminismo negro, interseccionalidade, direitos humanos, família, criança e adolescente.

<sup>2</sup> Formada em Serviço Social e em Psicologia pela PUC-Rio. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), como Bolsista CNPq, tendo realizado estágio doutoral na Universidade de Coimbra (UC), em Portugal, por meio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Serviço Social pela UERJ, como Bolsista CNPq. Especialista em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, e especialista em Serviço Social e Saúde pela UERJ. Experiência nas áreas de Serviço Social, Políticas Públicas, Saúde e Educação. Uma das organizadoras da coletânea: Caminhos do Serviço Social: valorizando saberes, conhecendo práticas (2017); assim como da coletânea: Infância, Juventude e Políticas Públicas - desafios, resistências e devires (2020); e da coletânea Serviço Social e Instituição Militar: sistematização do exercício profissional na FAB" (2021). Autora do livro: Retratos de uma política pública: memórias de infâncias violadas - Brasil e Portugal (2019). Assistente social do Comando da Aeronáutica; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação (GEPESE) -UERJ/UNESP-Franca/UFBA; docente e orientadora de Pesquisa de Iniciação Científica da UNESA.

que contribuíram de modo perverso, para a violação de direitos, o silenciamento e o rompimentos dos vínculos familiares deste público.

**Palavras-chave:** Proteção. Preventórios. História Oral. Infâncias.

**Abstract:** This article presents aspects of the history of the one of means of institutionalizations of children in Brazil. Between the 1920s and 1980s, healthy children were separated from their parents affected by the old leprosy, and referred to these called preventive clinics, under the aegis of the protection speech. Based on bibliographic and field research, associated with the use of the Oral History methodology based on the technique of interviewing life stories with people who were isolated in preventive clinics, the authors seek to demystify the protection propagated in this institutions in the country, bringing up to the moralist, class, race and gender character present in these spaces. It concludes that these institutions were endowed with different models of discipline, violence, surveillance and control, besides to eugenics and hygienist practices in hospitalized child care which contributed in a perverse way to the violation of rights, the silencing and disruption of family ties of this audience.

**Keywords:** Protection. Preventive. Oral History. Childhoods.

Recebido em: 21/03/2022  
Aceito para publicação em: 04/04/2022

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta aspectos históricos sobre uma das práticas de proteção utilizadas para justificar o acolhimento institucional de crianças no Brasil. Na segunda década do século XX, crianças sadias foram separadas de seus pais, acometidos pela antiga lepra (termo alterado para hanseníase, por meio da Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995), e encaminhadas para os chamados preventórios, sob a égide do discurso da proteção. Mas, afinal, de que proteção estamos falando?

Desde o início do século XX, a infância abandonada passou a se figurar como um problema social que demandava preocupação e iminente ação estatal (Lobo, 2015; Rizzini & Rizzini, 2004; Marcílio, 1997). Dessa forma, sob diferentes modos, assistimos a práticas assistencialistas de tutela, de controle, de disciplina e de caráter higienista e eugenista no acolhimento destes indivíduos.

Segundo Lobo (2015), a medicina, por meio de sua ação normalizadora e de suas práticas eugenistas, instituiu no Brasil do século XIX e XX o controle e a organização não somente das condições de vida dos indivíduos, mas também das populações. Para a autora, as práticas eugenistas serviram às novas relações capitalistas, econômicas e políticas e valeram-se da norma médica para ampliar seu alvo para toda a população.

Neste contexto, para Monteiro (1998), o médico passou a ser apresentado como o “verdadeiro estadista do presente” e a medicina assumiu a “missão” de realizar a “salvação nacional”. Logo, famílias pobres, negros, imigrantes, pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou doentes, passam a ser tomados como objeto de interesse de um Estado classista, racista e excludente, que, por sua vez, propõe medidas sociais para esse público, visando transformá-lo em cidadão útil para o desenvolvimento da nação.

Crianças eram vistas como incivilizadas, perigosas, indesejadas e, por isso, passíveis de intervenções que visavam sua retirada das ruas. A desqualificação das famílias pobres ganhava força com os movimentos higienistas e eugenistas a partir dos discursos acerca dos seus comportamentos genética e moralmente condenáveis aos olhos da burguesia (NASCIMENTO, 2016).

Assim, sob o intento de proteger aqueles que eram considerados “sãos”, foram criados os preventórios para filhos de pessoas acometidas pela lepra, a partir de 1920 no Brasil. Nesta conjuntura, as transformações econômicas, sociais e políticas provocaram o aumento da pobreza e da miserabilidade, desencadeando a ampliação do número de crianças abandonadas. Foram edificadas instituições para pais doentes e filhos sadios, e estabelecidas medidas sanitárias em nome da proteção. Tais instituições visavam o isolamento e a segregação desses sujeitos, culminando na violência e no rompimento de vínculos familiares.

Contudo, ao refletirmos sobre as políticas públicas criadas ao longo da história, vimos que elas não foram capazes de promover efetivamente a proteção destes sujeitos, tampouco de reparar a violação de direitos a qual foram submetidos. Ao contrário, a história revela que as medidas adotadas culminaram no comprometimento do desenvolvimento das infâncias na instituição preventorial, provocando um fosso social entre aqueles julgados protegidos (os internos) e aqueles que ficaram a salvo da convivência com estes indivíduos (a sociedade).

Por isso, como resultado de pesquisa bibliográfica e de campo, associada ao uso da metodologia de História Oral baseada na técnica de entrevistas de histórias de vida com pessoas que foram isoladas em preventórios - fruto de pesquisas das autoras, o artigo em tela busca desmistificar a proteção propagada nestas instituições no Brasil, dando luz ao caráter moralista, de classe, raça e gênero presentes nestes espaços.

## **2 A HISTÓRIA NÃO CONTADA: EUGENIA NOS PREVENTÓRIOS BRASILEIROS**

A história da institucionalização em preventórios de crianças sadias retiradas dos pais acometidos pela lepra, entre 1920 e 1980, no Brasil, ainda se apresenta preterida na produção acadêmica brasileira. A criação de preventórios, na década de 1920, deve ser interpretada como expressão de um contexto em que a preocupação com a infância pobre, como problema social, figurava no discurso da elite brasileira.

Mattos e Fornazari (2005) explicam que no contexto da Campanha de Combate à Lepra, no Brasil, importava que os sãos estivessem a salvo, livre do

contágio, das temidas deformidades, da ameaça aos nobres traços do ser humano e da incapacidade para o trabalho. Tais objetivos foram expressos nos jornais da época: “O filho do Lázaro, que hoje brinca despreocupado ao lado do teu filho, talvez traga consigo o germe do mal terrível. Trabalha, pois, em prol do ‘Preventório’, a fim de resguardar dos perigos da lepra aqueles que te são caros” (p. 56).

Esta perspectiva atendia ao modelo de medicalização do espaço urbano, descrita por Foucault (1979), que foi organizada sob diferentes formas de poder, dentre as quais, a instituição da Polícia Sanitária, o modelo de quarentena, de vigilância, de desinfecção e controle. Por isso, ações higienistas e eugenistas foram tomadas como padrão político-médico da boa organização sanitária das cidades desde o século XVIII, em especial, contra a peste e a lepra, pela exclusão do doente ou seu agrupamento no interior das cidades.

Em seu artigo intitulado *Filantropia e política de assistência às famílias de doentes de lepra em Goiás, 1920-1962*, Silva (2009) destaca que:

[...] a ação profilática em prol da **higiene pública** fundava-se na identificação dos doentes e seu cadastramento, no exame bacteriológico dos suspeitos, na **educação higiênica** da população, no isolamento e medicação dos doentes e no internamento dos seus filhos em preventórios. Ele afirmava que se 10% dos filhos de leprosos em convivência com seus pais eram contaminados pela doença, só se chegaria ao término do problema com a construção do preventório, que ele define como sendo “o princípio de **eugenia racial** no domínio para o fim que se propõe”. Acrescenta que as crianças eram “fontes latentes do mal”, eram seres infelizes que levavam consigo “um monstro traiçoeiro” e propõe a constituição de dois tipos de preventórios: um destinado aos recém-nascidos, seguindo o modelo de creche, situado dentro dos leprosários ou em nosocômios domiciliares, já que “os menores recém-nascidos separados de seus pais imediatamente, salvam-se 99%”; outro destinado à formação das crianças maiores, até 15 anos, à vida extrainstitucional (p. 5, grifos nossos).

A sociedade moderna criou, segundo Foucault (1979), a arte de governar, que incluía o governo dos pobres, loucos, operários e das crianças. A idealização dos leprosários e preventórios estava relacionada ao desenvolvimento da civilização (pela formação moral e religiosa dos doentes e seus filhos) e a eugenia (pelo impedimento do risco de contágio em relação à população sadia). A construção dessas sociedades auxiliares criava uma rede de poder em relação à doença e aos

doentes (SILVA, 2009), promovendo a preservação da raça e a “humanização” da política pública de saúde.

O Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, que regula o Departamento Nacional de Saúde Pública, no que diz respeito à *Prophylaxia Especial da Lepra*, afastava os filhos sadios do convívio familiar, segregando-os em instituições criadas para este fim.

Art. 148. [...] a) Os filhos de leprosos, embora um só um dos progenitores seja doente, serão mantidos em secções especiais, anexas às áreas de pessoas sãs do estabelecimento, para onde serão transportados logo depois de nascidos. b) Essas mesmas crianças não deverão ser nutridas ao seio de uma ama e não serão amamentadas pela própria mãe se esta for leprosa.

Art. 161. [...] a) Afastam-se sempre das crianças que residam ou permaneçam no domicílio (GOMIDE, 1991, p. 235).

Em 1949, a Lei nº 610, de 13 de janeiro, instituiu que a profilaxia da lepra fosse executada, dentre outras, pelo: I – Descobrimiento de doentes por intermédio de: a) censo; b) exame obrigatório de todos os “contatos” e dos suspeitos; [...] III – Isolamento compulsório dos doentes contagiantes; IV – Afastamento obrigatório dos menores “contatos” de casos de lepra da fonte de infecção; [...] VII – Educação sanitária; VIII – Assistência social aos doentes e suas famílias (BRASIL, 1949).

Como resultado desta política pública, de acordo com o Manual de Leprologia (1960), foram criados 36 leprosários, 102 dispensários e 31 preventórios no Brasil, sendo a primeira instituição construída em 1927, na cidade de Carapicuíba/São Paulo, que ficou conhecida como Preventório Santa Terezinha.

Em maio de 1962, foi publicado o Decreto nº 968 que institui as normas técnicas para o combate à lepra no Brasil, extinguindo a estratégia de isolamento. Uma de suas recomendações era: “No combate à endemia leprótica será, sempre que possível, evitada a aplicação de medidas que impliquem na quebra da unidade familiar, no desajustamento ocupacional e na criação de outros problemas sociais” (SOUZA, 2019). Entretanto, tal determinação não foi de imediato adotada como medida epidemiológica por todas as unidades federativas. Isso porque, alguns estados tinham autonomia nas ações de combate às doenças.

Dessa forma, impregnada por um caráter mítico medieval de uma doença secular, a política segregacionista de combate à lepra, chegou à contemporaneidade e, no Brasil, isolou doentes até a segunda metade de 1980. Mesmo após a descoberta da terapêutica eficaz contra a patologia, medidas de exclusão e violência continuaram a ser praticadas (MONTEIRO, 1998), à revelia das recomendações internacionais que, desde 1920, não mais orientavam o isolamento compulsório dos enfermos e de seus filhos. Tal modelo assistencial adotado pelo Estado, impactou na vida de muitos brasileiros, em especial, em suas relações sociais.

Os preventórios atenderam ao modelo de instituição total (GOFFMAN, 1999) simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída deste espaço. Locais para assistência dos incapazes de realizar o seu próprio cuidado, sendo uma ameaça à comunidade, ainda que de maneira não intencional, como os sanatórios para tuberculosos e os hospitais para doentes mentais.

Conforme Silva (2009), ao adentrar o mundo preventorial as crianças eram submetidas à matrícula, sendo registrados dados pessoais, como nome, idade, procedência, cor da pele, situação econômica, nome e procedência dos pais, nome dos avós, estado clínico, nacionalidade, data de saída da criança e motivo. Os meninos só podiam ingressar até os 15 anos de idade e as meninas, até os 18. Os recém-nascidos tinham prioridade no acesso, seguido daqueles que estavam em situação de risco de contágio, e, depois, aqueles que não possuíam recursos ou assistência social. Nos prontuários do Preventório Santa Terezinha havia um elevado número de crianças com idade entre um e 14 anos que foram internadas, mesmo quando apenas um dos pais estava doente.

Gomide (1991) registra a inserção de crianças pobres no Preventório do Triângulo Mineiro, como estratégia de formação de mão-de-obra gratuita, a fim de se transformarem em “elementos valiosos para os fazendeiros, em suas fazendas, prestando-lhes serviços inimagináveis” (p. 178). Para a autora, a assinatura de um convênio entre a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra e a Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM) se concretizou através de um processo marcado por estigmas e resistências.

Baptista e Zamora (2019) abordam a visão menorista acerca das famílias pobres. Tratam da responsabilização e punição dada à família, bem como da vigilância exercida sobre ela por parte do Estado e outros aparelhos da sociedade na proteção das crianças. Para as autoras, no contexto de desigualdades, o “menorismo” expressou a lógica que produziu uma forma de ver e agir sobre determinadas crianças e famílias, a partir do século XX.

Do mesmo modo que “amas de leite” se recusavam a amamentar “filhos de leprosos”, por receio de contágio, muitos pais de crianças pobres, eram contrários a internar seus filhos junto a crianças com este histórico. Pela mesma razão, a maioria das crianças não tinha acesso à escola, sendo instruída - quando acontecia - e estimulada a trabalhar dentro do preventório.

Eram oferecidos aos meninos: cursos de carpintaria, sapataria, agricultura, tipografia etc. E, para as meninas: cursos de bordados e corte e costura, assim como o aprendizado dos afazeres domésticos, noções de jardinagem e horticultura, revelando traços de uma política moralista de cunho machista, que distinguia o papel que cada sexo deveria desempenhar, tendo, segundo Silva (2009, p. 123): “objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos”.

As instituições preventoriais eram marcadas por uma rotina rígida de práticas “assistenciais”, subsidiadas por uma ideologia dogmática e doutrinária, que se expressaram em meio a situações de repressão e diferentes formas de violação de direitos das pessoas as quais à elas foram submetidas.

A estrutura e a organização dos preventórios com as devidas divisões entre os diversos espaços, incluindo os dormitórios dos meninos e das meninas, além das funções atribuídas a cada interno com a rotina diária da instituição incidia para além dos princípios higienistas, mas também visando o controle dos internos. Instituições como os preventórios transmitiam a noção de que “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 1997, p. 117). Neste sentido, os internos dos preventórios deveriam ser adestrados para serem funcionais ao Brasil republicano em seu processo de industrialização. O Hino



do Educandário Eunice Weaver, apresenta a visão romântica dos idealizadores dos preventórios neste período:

Este lar que Eunice Weaver nos deu. É um trecho do céu sobre a terra. De amor e esperança. Lar de inocência e prazer. Onde tudo convida a criança. A sorrir, a cantar e a viver. Amigos ouçam nosso canto. Em convívio conosco viver. Como é belo este nosso recanto. Que os palácios dos Reis não vão ter. Berço de amor e esperança. Doce lar de inocência e prazer. Onde tudo convida a criança. A sorrir, a cantar e a viver. (LIMA, 2011, p. 112).

Entretanto, depoimentos orais de indivíduos que viveram nestes espaços, apontam para outros elementos que atravessaram as infâncias no interior dos preventórios brasileiros.

### **3 METODOLOGIA**

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa qualitativa, empreendida pelas autoras, que congregou levantamento bibliográfico e de campo, bem como entrevistas de história de vida baseadas na metodologia de História Oral. A escolha de recolher narrativas orais de pessoas que viveram nos preventórios brasileiros, se deveu ao fato de que, historicamente, o Serviço Social e a Psicologia têm recorrido a uma diversidade de fontes e metodologias para subsidiar os seus estudos, porém, compreendemos que ainda há a emergência de produções nestas áreas que privilegiem a perspectiva do próprio depoente, que deem voz ao sujeito da pesquisa.

As fontes orais são uma estratégia para atender a esta necessidade porque favorecem a produção de conhecimento a partir da experiência dos sujeitos históricos envolvidos na dinâmica social. Apresenta estratégias de tratamento de determinado assunto em que o registro histórico é precário ou nulo; permite o alcance de construções de histórias individuais e coletivas e oferece a possibilidade de compreensão de um objeto a partir de múltiplos fatores relacionados ao contexto sociocultural em que está inserido.

A História Oral pode ser definida como “um método de pesquisa [...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou

testemunham acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 2005, p. 18).

Alberti (2005) vai dizer que uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta: “como os entrevistados viam e veem o tema em questão?” ou “o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?” (p. 30). Assim, dentre as técnicas disponíveis na História Oral, nesta pesquisa foi escolhida a de entrevistas.

A entrevista adquire estatuto de documento, mas, na História Oral, ela não procura investigar o fato “tal como efetivamente ocorreu” e sim desvelar as formas como foi e é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos, como dado objetivo para compreender suas ações. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas por meio do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu e de estabelecer relações entre o geral e o particular pelo viés dos diferentes testemunhos.

Sob a metodologia de história oral, a entrevista permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza, como acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. Informações inéditas podem ser resgatadas durante uma entrevista e somadas com as de outros documentos escritos e/ou orais.

Para Alberti (2005), sua contribuição é sempre maior naquelas áreas pouco investigadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas. No primeiro caso, a obscuridade advém do caráter secreto de decisões estratégicas, da marginalização dos indivíduos e da teia complexa de interesses que perpassam o processo decisório na vida pública. No segundo, a obscuridade resulta do desinteresse das fontes oficiais pela experiência popular, da ausência de documentos ou da teia protetora e auto defensiva que se cria em torno dos movimentos populares a partir de suas lideranças. Em ambos os casos, a História Oral revela aquilo que é ignorado.

Portanto, as narrativas apresentadas neste artigo expressam o alinhamento com a perspectiva teórica adotada na pesquisa que a originou. Importante destacar que tal pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERJ, tendo recebido sua aprovação sob o número CAAE 66685617.6.0000.5282. As entrevistas foram realizadas com base em Roteiro de Entrevistas. A identificação e os dados analisados e que conformaram os seus resultados, foram tratados sob o rigor da ética em pesquisa e do sigilo dos depoentes, por meio do uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado pelos entrevistados.

## 4 RESULTADOS

A oportunidade de conhecer fragmentos da “memória confidencial” dos sujeitos entrevistados (aquela traduzida na voz dos depoentes), revelou lembranças estranhas à “memória oficial” do isolamento (aquela propagada na história nacional), que remetem à parte das experiências vivenciadas dentro dos preventórios. Foi possível conhecer memórias múltiplas (em sentido subjetivo, político etc.) produzidas por estes sujeitos, em seus pavilhões isolados e coletivos, de uma história não linear.

A esse respeito, depoimentos colhidos por Souza (2019) de pessoas que viveram em preventórios no Brasil, entre 1920 e 1980, ilustram aspectos que revelam os modos de proteção que eram oferecidos às crianças no espaço preventorial. Tais processos de violação de vínculos e de direitos podiam acompanhar as crianças desde a tenra idade até a maioridade, já que os filhos eram separados dos pais logo após o nascimento.

### 4.1 Colhendo Memórias

Observe a narrativa abaixo:

Minha mãe teve nove irmãos que eu acho que não pegou, só ela quando nasceu. Doente, muito doente. Ela separava tudo, roupa, tudo é separado, porque não era coisa boa. Mas aí meu tio viu que ela tava doente e conhecia a hanseníase, né. [...] veio aqui pra vê e daqui ela nem voltou

mais. Nós ficamos lá. Minha mãe...ninguém teria pra olhar nós, só ela, menina. Aí, de repente separou. Até hoje eu choro. Não superei esse negócio (MC, Pupileira Ernani Agrícola e Preventório do Pindorama, Belo Horizonte/MG, SOUZA, 2019, p. 115).

Não se pode desconsiderar que muitas lembranças podem ter origem em outras escutas e vivências com familiares ou outros indivíduos que puderam vivenciar a mesma experiência. Sobre o assunto, como assinala Bosi (1994): “Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida” (p. 407). A narrativa abaixo ilustra o modo cruel de como podia se dar a separação entre mãe e filhos.

Essa parte minha mãe que contou. Minha mãe escorria lágrima. Escutou o choro de uma criança logo que eu nasci. “É menina”, falou pra minha mãe. “Ah, eu quero ver o rosto dela” [...] “Só que a senhora não pode ver o rosto da sua filha”. Levou, tirou, não viu a minha carinha. Pegou e falou: “Bom, dona, tua filha já tá indo, já tá partindo pra creche” Eu nasci, em 30 minutos já tava viajando. “Puxa vida” Falou assim: “Tua filha já foi, tá indo pra creche em Jacareí” “Nem o rosto da minha filha eu não posso ver?” “Não, a senhora não pode ver e não vai ver” [...] “Puxa vida, ela saiu da minha barriga e eu não posso ver minha filha?” “Não. A senhora tem um nome pra escolher pra mandar pra sua filha?” Desse jeito a enfermeira falou, né. [...] “O nome da minha filha vai ser [DR], apesar de que eu não tô vendo o rosto dela, não sei como ela é” [...] “Não precisa a senhora chorar, tua filha já tá indo, já sabe que ela não pode ficar aqui [...] A enfermeira sai lá fora e falou: “Oh, o nome dessa menina que tá indo vai ser [DR], viu?” Aí, marcou no papel na roupinha enrolada (DR, Educandário de Jacareí, Jacareí/SP, SOUZA, 2019, p. 116).

Conforme Pacheco (2017), as memórias de ex-internos destas instituições, podem registrar a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e práticas de tortura - como as de manter a cabeça da criança debaixo d’água, como exemplos da desproteção dos assistidos. Além disso, “as funções exercidas pelos alunos com maior idade o dotavam do mesmo poder pelo qual eles já haviam sido subordinados, elevando ainda mais o nível de castigos, humilhações e maus tratos das crianças mais novas” (p. 153).

A tiazinha batia na gente. Fazia xixi na cama sem querer, não dava tempo, ela não deixava a gente ir no banheiro. Era uma fila das protegidas lá, as

mais bonitas, se era preta, era mais feia, não podia usar o banheiro. Existia isso. Existia maria-mijona no meio. Que um dia, infelizmente, Maria-mijona quase matou um lá dentro (LR, Educandário de Jacareí, Jacareí/SP, SOUZA, 2019, p. 128).

[...] me sentaram no colo, falaram que eu precisava de um carinho e eu falei: “Eu gosto de carinho” Que a gente já não tem pai nem mãe, então é bom isso. Ele foi me passando as mãos nas partes, né, que não podia passar. Sapateiro. Eu não conheço, eu não lembro desse [homem]. Ele era funcionário antigo... severo, ruim. Ele que me fez mal, me estuprou, fez tudo o que tinha que fazer comigo e falou: “Você não vai falar pra ninguém, nem pros seus irmãos do orfanato, você vai guardar isso pro resto da sua vida. Que se você falar, eu vou te matar ou vou tirar você daqui pra outro lugar” E eu guardei isso (ML, Pupileira Ernani Agrícola e Preventório do Pindorama, Belo Horizonte/MG, SOUZA, 2019, p. 136).

Violência era física mesmo, de bater com a espada, com vara de goiaba, com madeira. Tinha violência verbal, assim, de dizer que ninguém aqui fora ia gostar da gente, que nós éramos filhos de leprosos. É. E se a gente num obedecesse, quando nós crescemos íamos ser pessoal que iam ficar presas também, porque quando era filho de leproso não podia ficar junto com outras pessoas pra não passar a doença pra ninguém e a gente não era doente. A gente já nasceu aqui, entendeu? (EL, Educandário Santa Maria, Rio de Janeiro/RJ, SOUZA, 2019, p. 127).

Nesse cenário, as fugas foram frequentes e serviam como resistência e sobrevivência dos internos. “Meu irmão de tanto fugir e ficar pedindo esmola na rua, que ele fingia que era cego, ele acabou sendo transferido” (EL, Educandário Santa Maria, Rio de Janeiro/RJ, SOUZA, 2019, p. 164). Outra depoente relata: “Eu fugi de lá com 16 anos... a tortura era demais. Fugi pra rua. Eu tenho pontos na minha cabeça, que malandro me batia pra mim fumar. Eu tenho cortes pra tudo quanto é lado do corpo, pra mim poder deitar com eles.” (ML, Pupileira Ernani Agrícola e Preventório do Pindorama, Belo Horizonte/MG, SOUZA, 2019, p. 173). “Meu irmão fugiu do Educandário e foi avisar a minha mãe [...] – desesperado -, que eu levei uma surra. Aí, minha mãe resolveu me tirar [...] Só que eu estava marcada” (MR, Educandário Santa Maria, Rio de Janeiro/RJ, SOUZA, 2019, p. 131).

Assim, vimos que, nos moldes desta história pouco conhecida, simulada de um lugar de proteção, também assistiu-se à exploração da mão-de-obra de jovens e crianças no modelo escravista, sobretudo, para as meninas, que, em sua maioria, era encaminhada para casas de famílias para trabalhar como empregada doméstica, muitas vezes, sem receber salário. “Fomos para casa dos outros ser escrava. [...] A gente não tinha pagamento. [...] só tinha roupa dos outros, que eles davam dos

filhos, né, comida” (MR, Educandário Santa Maria, Rio de Janeiro/RJ, SOUZA, 2019, p. 167). Os depoimentos expressam, ainda, a noção sexista que integrava a cultura institucional destes espaços, dando ao sexo masculino lugar privilegiado.

Os meninos, eles ainda tentaram dar um curso pra eles, né? A gente não. A assistente social falou assim: “Ah, vai ser empregada doméstica e pronto!” Eu aprendi a costurar um pouco porque aqui no preventório eu aprendi, não sei como. Eu era doída pra mim aprender a ler. Eu falo que foi a pior época da minha vida, foi quando eu saí do Pindorama. Deus me livre. Foi... eu queria ter ficado lá. Menina, que trem ruim que foi minha vida lá. [...] Esse mundo não me cabe (VL, Pupileira Ernani Agrícola e Preventório do Pindorama, Belo Horizonte/MG, SOUZA, 2019, p. 170).

Como resultado, algumas destas pessoas passaram a viver social e economicamente em situação de vulnerabilidade e à margem da sociedade, como se pode observar nesta fala: “Eu fui embora. Fui morar na rua com 10 anos. Não tenho vergonha de falar não. Batia na casa dos outros: “Tem reciclagem? Não. Ah, então, me dá uma roupa pra mim lavar?” (LR, Educandário de Jacareí, Jacareí/SP, SOUZA, 2019, p. 137).

A tese de doutorado de Filho (2011): “Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)”, apresenta, por meio de fontes oficiais e midiáticas e, sobretudo, dos relatos orais, a história de 50 meninos “órfãos” ou abandonados, que foram retirados do Educandário Romão de Mattos Duarte, da Irmandade de Misericórdia do Rio de Janeiro e levados para uma propriedade privada em Campina do Monte Alegre/SP.

Para Filho, a transferência dessas crianças de nove a 11 anos de idade foi respaldada pelo Código de Menores, de 1927. Por uma década, elas foram submetidas a uma educação precária, a longas jornadas de trabalho agrícola e pecuário sem remuneração, a cárcere, castigos físicos e constrangimentos em fazendas de membros da cúpula da Ação Integralista Brasileira, adeptos declarados do nazismo. A tese conclui que os “meninos do Romão Duarte” foram vítimas de uma política do Estado brasileiro que, ao estimular a eugenia, como definia o Art. 138 da Constituição de 1934, favoreceu a segregação de crianças e adolescentes.

Logo, além da oferta restrita à educação de qualidade e a prática de trabalho compulsório, muitas crianças que foram institucionalizadas tiveram rompidos seus

vínculos familiar e comunitário, expressando modos de exclusão ligados à classe social, à cor e à ausência de proteção a este público no Brasil. Como afirma Foucault (1979), a verdade não existe fora do poder ou sem poder.

Dessa forma, concordamos que tais instituições atendiam a uma pedagogia comum à “proteção” voltada para a classe pobre: uma educação assistencialista pautada pela pedagogia da submissão que “por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. [...] bem diferente daquela ligada aos ideais da cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade” (Silva, 2009, p. 126-127). Aspectos que se reatualizam nas práticas assistenciais contemporâneas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que, sob o mito da proteção, entre as décadas de 1920 e 1980 no Brasil, os preventórios, caracterizados como instituições de acolhimento de crianças saudáveis, filhos de pessoas acometidas pela hanseníase, contribuíram para a segregação, a marginalização e a violação de direitos básicos deste público. Priorizando o isolamento institucional em detrimento à preservação dos vínculos familiares, os modos de “proteção” oferecidos aos infantes foram permeados por práticas eugenistas, por discriminação e corte de classe social e de gênero. Os objetivos implícitos (e por vezes explícitos) desta escolha, visavam resguardar, sobretudo, a população “sã” do temível contato com os possíveis contagiantes.

A “proteção” dedicada às infâncias nos espaços preventoriais, baseada na relação educação, trabalho e disciplina, como um trinômio central no funcionamento da instituição, representou uma forma de violência estatal. Isso pode ser constatado não apenas pelas práticas arbitrárias de ameaça à integridade física e emocional dos internos, mas também na restrição de sua formação intelectual e do desenvolvimento pessoal, social e profissional deles.

Portanto, defendemos a necessidade de se problematizar o significado de “proteção” e quem ou o que o Estado se dispõe a proteger. No percurso narrativo empreendido neste artigo, o acolhimento institucional se mostrou uma forma de

controle, vigilância e desproteção. As reflexões teóricas e empíricas apontaram contradições históricas entre a voz daqueles que foram isolados e a “memória oficial” dos preventórios, a falência das políticas de proteção e o não cumprimento da função protetiva do Estado, que viola, desampara e desnuda os sujeitos sociais, sinalizando para a emergência da ampliação deste debate.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, VERENA. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BAPTISTA, Rachel Fontes.; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Família acolhedora e reordenamento institucional: (Im)possibilidades diante do Menorismo. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro. v. 22, n. 30, p. 01-22, 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923**. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública.
- BRASIL. **Lei nº 610, de 13 de janeiro de 1949**. Fixa normas para profilaxia da lepra. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-norma-pl.html>>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962**. Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/historiadahanseniose/media/Decreto968.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995**. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9010.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- FILHO, Sidney Aguilar. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945), Campinas, SP: [s.n.], 2011.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 76-93, maio/ago. 2022.



GOMIDE, Leila Regina Scalia. **Órfãos de pais vivos – A lepra e as instituições preventórias no Brasil**: estigmas, preconceitos e segregação. Dissertação de mestrado. USP, 1991.

LIMA, Zilda Maria Menezes. “Irmãs de sina”: lembranças do Preventório Eunice Weaver em Maranguape – CE (1940-1970). In: NASCIMENTO, D. R. e MARQUES, V. B. (orgs.). **Hanseníase**: a voz dos que sofreram o isolamento compulsório. Curitiba: Editora da UFPR, 2011, p. 90-113.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 51-76.

MATTOS, Débora Michels.; FORNAZARI, Sandro Kobil. A lepra no Brasil: representações e práticas de poder. **Cadernos de Ética e Filosofia Política 6**, 2005, p. 45-57.

MANUAL DE LEPROLOGIA. SERVIÇO NACIONAL DE LEPROLOGIA. Rio de Janeiro, 1960.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e Profilaxia: Os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. **Revista Saúde e Sociedade**, v.7, n.1, p. 3-26, 1998.

NASCIMENTO, Maria Livia. **Proteção e Negligência**: pacificando a vida de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Nova Aliança, 2016.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, 2017.

RIZZINI, Irene.; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percursos históricos e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Cláudia Cristina dos Santos. **Crianças Indesejadas**: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no preventório Santa Terezinha 1930-1967. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2009.

*SOB O MITO DA PROTEÇÃO: HISTÓRIA  
ORAL DA INFÂNCIA NOS PREVENTÓRIOS  
BRASILEIROS*

*Michelle Villaça Lino  
Lilian Angélica da Silva Souza*

SOUZA, Lilian Angélica da Silva. **Retratos de uma política pública: memórias de infâncias violadas – Brasil e Portugal.** 1 ed. Curitiba: CRV, 2019.